

A. I. Nº - 09255346/02
AUTUADO - VANDERLEI BOAVENTURA DOS SANTOS
AUTUANTE - WALTER LÚCIO CARDOSO DE FREITAS
ORIGEM - I F M T - D A T / METRO
INTERNET - 22.10.02

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0373-02/02

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. ESTABELECIMENTO COM INSCRIÇÃO CANCELADA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. É legal a exigência do imposto por antecipação, neste caso, haja vista que contribuinte com inscrição cancelada, implica não ser o estabelecimento considerado inscrito enquanto persistir a pendência. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 13/08/2002, refere-se a exigência de R\$472,37 de imposto, mais multa, tendo em vista que foi constatada falta de antecipação do ICMS relativo a operação subsequente, em virtude de o destinatário das mercadorias constantes na Nota Fiscal nº 56653, encontrar-se com a inscrição estadual cancelada, conforme edital nº 522010/2002.

O autuado alega em sua defesa que em abril de 2002 foi solicitada e liberada pela INFAZ Calçada a sua inscrição estadual, conforme DIC que anexou aos autos, e com base no deferimento realizou compras junto ao fornecedor, localizado em São Paulo, sendo informado pela transportadora quanto à apreensão das mercadorias, causando surpresa, considerando que faz o pagamento do imposto em conta de energia elétrica. O autuado informou que compareceu de imediato à Inspetoria de Bonocô, onde foi orientado que deveria comparecer à INFAZ Calçada, e lá, foi orientado a solicitar a reinclusão. Disse que foi atendido pelo coordenador que providenciou a reinclusão de imediato, e que os motivos declarados para o cancelamento não justificam tal decisão. Informou ainda, que mais uma vez está inscrito no regime do SIMBAHIA, recolhendo o ICMS normalmente, e jamais foi comunicado de alguma irregularidade, muito menos de cancelamento de sua inscrição estadual, uma vez que o mencionado cancelamento ocorreu através de edital, e não é praxe do contribuinte ler o Diário Oficial. Por fim, pede a improcedência do Auto de Infração, por considerar que o maior reconhecimento da SEFAZ foi a reinclusão no mesmo instante, feita pelo coordenador.

O autuante apresentou informação fiscal mantendo o Auto de Infração, dizendo que o procedimento fiscal teve início em 12/08/2002, com a lavratura do Termo de Apreensão de Mercadorias, e na data da autuação a empresa estava com sua inscrição estadual cancelada, conforme provam os extratos do INC. Disse que o autuado não comprovou em sua defesa a afirmação de que o cancelamento de sua inscrição foi indevida, com a apresentação do DIC de reinclusão, como previsto no art. 174 do RICMS/97. Apresentou o entendimento que o fato de o contribuinte ser reincluído não invalida a autuação anterior, apenas regulariza a sua situação perante a SEFAZ.

VOTO

De acordo com a descrição dos fatos, a mercadoria foi apreendida e exigido o imposto porque a inscrição estadual do estabelecimento destinatário consignado na Nota Fiscal nº 56653, fl. 06 do PAF, encontrava-se com a inscrição estadual cancelada.

O autuado contestou a exigência do imposto, alegando que jamais foi comunicado de alguma irregularidade, muito menos de cancelamento de sua inscrição estadual, uma vez que o mencionado cancelamento ocorreu através de edital, e não é praxe do contribuinte ler o Diário Oficial, e por considerar que o maior reconhecimento da SEFAZ foi a reinclusão no mesmo instante, realizada pelo coordenador.

As mercadorias eram provenientes do Estado de São Paulo e estavam acobertadas pela Nota Fiscal nº 56653, emitida em 09/08/2002, sendo indicada no documento fiscal pelo emitente, a inscrição estadual e demais dados do autuado, e o cancelamento da inscrição ocorreu pelo Edital 522010/2002, de 29/05/2002, o que implica não ser o estabelecimento considerado inscrito enquanto persistir a pendência, e por isso, foi exigido o imposto por antecipação, conforme demonstrativo de débito, fl. 03 dos autos.

A legislação estabelece que no caso de mercadorias adquiridas em outro Estado por pessoa não inscrita no cadastro estadual, o pagamento do imposto deve ser feito na primeira repartição fazendária, conforme art. 125, inciso II, alínea “a” c/c art. 426 do RICMS/97. Por isso, o pagamento do tributo não efetuado no primeiro posto de fronteira configura infração à legislação considerando-se devido o imposto exigido no presente processo.

Assim, entendo que está caracterizada a infração apurada, sendo devido o imposto exigido, conforme demonstrativo de débito elaborado pelo autuante.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **09255346/02**, lavrado contra **VANDERLEI BOAVENTURA DOS SANTOS**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$472,37**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de outubro de 2002.

FERNANDO ANTÔNIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - RELATOR

JOSÉ CARLOS BACELAR - JULGADOR